

**ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, COM GARANTIA
ADICIONAL REAL E FIDEJUSSÓRIA, DA KARSTEN S.A.**

ENTRE

KARSTEN S.A.,
como Emissora,

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,
na qualidade de Agente Fiduciário

E

**RALF KARSTEN, JOÃO KARSTEN NETO, GT PARTICIPAÇÕES LTDA. E EDELSA
PARTICIPAÇÕES S.A.**
na qualidade de intervenientes e garantidores

Datada de

3 de janeiro de 2012

[Handwritten signatures and initials]

**ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, COM GARANTIA
ADICIONAL REAL E FIDEJUSSÓRIA, DA KARSTEN S.A.**

Por este instrumento particular, de um lado, como emissora das debêntures da 1ª série ("Debêntures da 1ª Série") e da 2ª série ("Debêntures da 2ª Série") e, em conjunto com as Debêntures da 1ª Série, as "Debêntures");

(a) **KARSTEN S.A.**, sociedade por ações de capital aberto registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob nº 4.196, com sede na Cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, na Rua Johann Karsten, nº 260, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.640.558/0001-04, devidamente representada na forma do seu Estatuto Social ("Emissora");

e, de outro lado, como agente fiduciário:

(b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4, Sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, na qualidade de agente fiduciário da presente emissão ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos debenturistas da 1ª série ("Debenturistas da 1ª Série") e da 2ª série ("Debenturistas da 2ª Série") da primeira emissão pública de debêntures simples da Emissora ("Debenturistas");

e, ainda, como intervenientes e garantidores:

(c) **RALF KARSTEN**, brasileiro, casado em regime de separação obrigatória de bens, industrial, portador da Cédula de Identidade RG nº 123.913-9 SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob nº 004.840.679-15, residente e domiciliado na Cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, com escritório na mesma cidade, na Rua Johann Karsten, nº 221, Testa Salto ("Ralf");

(d) **JOÃO KARSTEN NETO**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 602.719 SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob nº 494.072.529-49, residente e domiciliado na Cidade de Blumenau, no Estado de Santa Catarina, com escritório na mesma cidade, na Rua Nereu Ramos, 800, ap. 301, Centro ("João");



(e) **EDELSA PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, na Avenida Rio Branco, 579, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.130.697/0001-15, devidamente representada na forma do seu Estatuto Social ("Edelsa"); e

(f) **GT PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade limitada com sede na Cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, na Rua Nereu Ramos, 981, Sala 901, inscrita no CNPJ/MF sob nº 80.982.697/0001-82, devidamente representada na forma do seu Contrato Social ("GT" e, em conjunto com Ralf, João e Edelsa, "Garantidores"), sendo os Garantidores, a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados em conjunto como "Partes", e individualmente e indistintamente como "Parte",

vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar a presente "*Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, da Karsten S.A.*" ("Escritura de Emissão" e "Emissão", respectivamente), que se regerá pelas cláusulas, termos e condições abaixo dispostos.

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização do Conselho de Administração da Emissora, em reunião realizada em 21 de dezembro de 2011 ("RCA"), nos termos do artigo 59, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1.2. A prestação da Fiança (conforme abaixo definido) foi autorizada pela Assembleia Geral Extraordinária da Edelsa realizada em 5 de dezembro de 2011 e pela Reunião de Sócios da GT realizada em 12 de dezembro de 2011.

CLÁUSULA II REQUISITOS

2.1. DA DISPENSA DE REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS ("CVM") E NA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS ("ANBIMA")

2.1.1. A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição pública na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação ("Instrução CVM 476" e "Oferta Restrita", respectivamente).

2.1.2. A presente Emissão, por não ter sido elaborado Prospecto da Oferta Restrita, está automaticamente dispensada de registro na ANBIMA nos termos do § 1º do Art. 25º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, de 09 de junho de 2010.

2.2. ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÃO DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2.2.1. A ata da RCA que aprovou a Emissão e a concessão das respectivas garantias reais pela Emissora será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (“JUCESC”) e publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e nos jornais “Jornal de Santa Catarina” e “Valor Econômico”, previamente à efetiva emissão das Debêntures, nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. INSCRIÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO E ADITAMENTOS

2.3.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos (“Aditamentos”) serão levados a registro (i) na JUCESC, em até 5 (cinco) dias úteis contados de sua assinatura, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) em até 5 (cinco) dias úteis contados de sua assinatura, em Registro de Títulos e Documentos da sede ou domicílio, conforme o caso, de cada uma das Partes, nos termos do art. 129, § 3º, da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme posteriormente alterada (“Lei de Registros Públicos”), quais sejam, Cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, e Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2.3.2. Em até 5 (cinco) dias úteis após os registros mencionados acima, uma via original da Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ser encaminhados ao Agente Fiduciário.

2.4. REGISTRO PARA DISTRIBUIÇÃO E NEGOCIAÇÃO

2.4.1. As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição no mercado primário, por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada através da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, observadas as condições restritas de negociação, conforme item 2.4.2. abaixo.

2.4.2. Não obstante o disposto no item 2.4.1. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), depois de decorridos 90

[Handwritten signatures and initials]

(noventa) dias de sua subscrição ou aquisição por cada Investidor Qualificado (conforme definido abaixo), conforme disposto no Art. 13 da Instrução CVM 476, bem como do cumprimento, pela Emissora, das atribuições listadas no artigo 17 da mencionada Instrução.

2.4.3. A Emissora não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, no prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, exceto se a nova oferta for submetida a registro na CVM.

2.5. DO OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

2.5.1. A sociedade tem por objeto a fabricação e comércio de fios, tecidos e produtos têxteis em geral, compreendendo todos os ramos complementares, inclusive a importação e exportação, podendo ainda participar de sociedade de qualquer ramo.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA 1ª EMISSÃO

3.1. SÉRIES

3.1.1. A Emissão será realizada em duas séries.

3.2. VALOR TOTAL DA EMISSÃO

3.2.1. O valor total da Emissão será de R\$158.501.000,00 (cento e cinquenta e oito milhões, quinhentos e um mil reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Total da Emissão"), dividido da seguinte forma: (a) o Valor Total das Debêntures da 1ª Série é de R\$139.040.000,00 (cento e trinta e nove milhões e quarenta mil reais); e (b) o Valor Total das Debêntures da 2ª Série é de R\$19.461.000,00 (dezenove milhões, quatrocentos e sessenta e um mil reais).

3.3. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES

3.3.1. Serão emitidas 158.501 (cento e cinquenta e oito mil, quinhentos e uma) Debêntures, divididas da seguinte forma: (a) 139.040 (cento e trinta e nove mil e quarenta) Debêntures da 1ª Série; e (b) 19.461 (dezenove mil, quatrocentos e sessenta e uma) Debêntures da 2ª Série.

3.4. DESTINAÇÃO DE RECURSOS



Handwritten signatures and initials are present on the right side of the page, including a large signature at the top, and the numbers "2" and "9" at the bottom.

3.4.1. Os recursos captados por meio da Emissão serão utilizados pela Emissora para (i) alongamento do perfil de endividamento da Emissora e de suas sociedades controladas, mediante o pagamento das dívidas indicados no Anexo I desta Escritura de Emissão (“Dívidas Grupo Karsten”); e (ii) reforço do seu capital de giro, no montante de até R\$4.423.373,00 (quatro milhões, quatrocentos e vinte e três mil, trezentos e setenta e três reais), para recomposição do caixa em razão de liquidação de dívidas efetuada pela Emissora.

3.4.2. Os recursos decorrentes da integralização das Debêntures a serem utilizados para alongamento do perfil de endividamento da Emissora, conforme montante estabelecido no Anexo I, ficarão retidos em conta centralizadora, não movimentável pela Emissora, os quais deverão ser utilizados exclusivamente para o pagamento das Dívidas Grupo Karsten, nos termos e condições estabelecidos no referido Contrato de Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido).

3.5. NÚMERO DA EMISSÃO

3.5.1. A presente Escritura de Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de Debêntures da Emissora.

3.6. BANCO MANDATÁRIO E INSTITUIÇÃO DEPOSITÁRIA

3.6.1. O banco mandatário da Emissão das Debêntures é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 (“Banco Mandatário”).

3.6.2. A instituição depositária das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 (“Instituição Depositária”).

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. COLOCAÇÃO E PLANO DE DISTRIBUIÇÃO

4.1.1. As Debêntures serão objeto de Oferta Restrita destinada exclusivamente a Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) em observância ao plano de distribuição previamente acordado entre a Emissora e os Coordenadores (conforme definido abaixo) e conforme estabelecido nesta Cláusula IV.

4.1.2. A Oferta Restrita será realizada com a intermediação do Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA" ou "Coordenador Líder"), da HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, do BB – Banco de Investimento S.A., do Banco Santander (Brasil) S.A., do Banco Bradesco BBI S.A. e do Banco Votorantim S.A. (todos, em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores"), instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, de acordo com o "Contrato de Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, Com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em regime de Garantia Firme, da 1ª Emissão da Karsten S.A.", a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição").

4.1.3. Sem prejuízo do disposto no item 4.1.1. acima, no âmbito da Oferta Restrita, (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) pelos Coordenadores; e (ii) as Debêntures somente poderão ser adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), nos termos da Instrução CVM 476.

4.1.3.1. Para os fins desta Cláusula, serão considerados investidores qualificados, aqueles assim definidos pela Instrução CVM nº 476 e pela Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme posteriormente alterada ("Instrução CVM nº 409"), quais sejam: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios. Complementarmente ao exposto acima, para fins exclusivos das emissões realizadas com fulcro na Instrução CVM nº 476: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas previstas no inciso IV do art. 109 da Instrução CVM nº 409 deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, valores mobiliários no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) (em conjunto, "Investidores Qualificados").

4.1.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão e na regulamentação aplicável, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições.

4.1.5. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o plano de distribuição descrito nesta Cláusula.

4.1.6. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

4.1.7. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

4.2. DATA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES

4.2.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série será 10 de janeiro de 2012 ("Data de Emissão").

4.3. VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$1.000,00 (um mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.4. CONVERSIBILIDADE, FORMA E COMPROVAÇÃO DE TITULARIDADE DAS DEBÊNTURES

4.4.1. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido por esta, extrato em nome dos Debenturistas, que igualmente servirá de comprovante de titularidade.

4.5. ESPÉCIE

4.5.1. As Debêntures serão da espécie Quirografária e contarão com garantia adicional real e fidejussória, conforme estabelecido no item 4.6. abaixo.

4.6. GARANTIAS ADICIONAIS



Handwritten signatures and initials are present on the right side of the page, including a large signature at the top, and initials "18", "dB", "7", and "2" below it.

4.6.1. As Debêntures terão garantias adicionais representadas por Fiança, Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Hipotecas ("Instrumentos de Garantia" ou "Garantias"), conforme abaixo descrito:

(a) Garantia Fidejussória: as Debêntures de ambas as séries contarão com garantia de fiança dos Garantidores, na qualidade de devedores solidários de todas as obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, nos termos da Cláusula IX abaixo ("Fiança");

(b) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em garantia das Debêntures da 1ª série: as Debêntures da 1ª série contarão com garantia de cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Emissora e de suas sociedades controladas, quais sejam, Karsten Nordeste Indústria Têxtil Ltda., Karsten Comércio e Serviço de Distribuição Ltda. e Romaria Empreendimentos Ltda. (em conjunto com a Emissora, as "Cedentes"), decorrentes de direitos creditórios de titularidade das Cedentes constituídos por duplicatas de venda de mercadorias a seus clientes, bem como direitos creditórios decorrentes de vendas realizadas por meio de cartão de compra da Companhia reguladas pelo "Contrato para Emissão de Cartão de Compra – Sistema Suppliercard", e, ainda, direitos creditórios contra o banco depositário dos direitos creditórios decorrentes de créditos das Cedentes depositados nas contas vinculadas e centralizadora e respectivas aplicações financeiras, tudo nos termos do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária e Promessa de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Ativos Financeiros e Outras Avenças", a ser firmado entre as Cedentes e o Agente Fiduciário, com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e do Banco Itaú BBA S.A., na qualidade de Agente Arrecadador e Agente Processador, respectivamente;

(c) Hipoteca em Garantia das Debêntures da 1ª Série: As Debêntures da 1ª Série contarão com hipoteca em (i) primeiro grau dos imóveis de propriedade da Emissora objeto das Matrículas (a) nº 8.183, 30.567, 37.139 e 21.417 do 1º Ofício de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Blumenau; (b) nº 2.459, 8.802, 13.450, 1.671, 2.125, 11.321, 21.531, 21.557, 21.558 e 21.559 do 3º Ofício de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Blumenau; e (c) nº 1.449 do Ofício de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Pomerode; e (ii) quarto grau dos imóveis de propriedade da Emissora objeto das Matrículas nº 21.517, 11.116, 11.1117, 10.171, 11.032 e 23.244, do 3º Ofício de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Blumenau ("Imóveis Hipotecados em Garantia das Debêntures da 1ª Série"), nos termos da "Escritura Pública de Constituição de Hipoteca em Garantia de Debêntures", a ser firmada entre a Emissora e o Agente Fiduciário, cujos Imóveis Hipotecados das Debêntures da 1ª Série foram avaliados em R\$150.273.000,00 (cento e cinquenta milhões e duzentos e setenta e três mil Reais), conforme Laudos de Avaliação datados de 26 de novembro de 2011, elaborado por Avaliar – Empresa de Avaliações e Construções Ltda., com sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná, na Rua Conselheiro Laurindo, 825/107, Centro, CEP 80060-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº

73.708.208/0001-33 e no CREA sob o nº 12.278-PR, Profissional Responsável Sr. Antônio Giacomo Trica, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF sob o nº 594.291.867-87 e no CREA sob o nº 17.130-D-PR ("Laudos de Avaliação"); e

(d) Hipoteca em Garantia das Debêntures da 2ª Série: As Debêntures da 2ª Série contarão com hipoteca em terceiro grau dos imóveis de propriedade da Emissora objeto das Matrículas nº 11.116, 11.117, 21.517, 11.032, 10.171 e 23.244, do 3º Ofício de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Blumenau ("Imóveis Hipotecados em Garantia das Debêntures da 2ª Série") e, em conjunto com os Imóveis Hipotecados das Debêntures da 1ª Série, "Imóveis Hipotecados", nos termos da "Escritura Pública de Constituição de Hipoteca em Garantia de Debêntures", a ser firmada entre a Emissora e o Agente Fiduciário, cujos Imóveis Hipotecados em Garantia das Debêntures da 2ª Série foram avaliados em R\$31.522.000,00 (trinta e um milhões e quinhentos e vinte e dois mil Reais), conforme os Laudos de Avaliação.

4.6.2. Os Instrumentos de Garantia serão levados a registro nos competentes registros de títulos e documentos e de imóveis de acordo com os prazos neles estabelecidos, sob pena de Vencimento Antecipado das Debêntures.

4.6.3. Fica certo e ajustado o caráter não excludente, mas cumulativo entre si, das Garantias, podendo o Agente Fiduciário executar ou excutir todas ou cada uma delas indiscriminadamente, para o fim de amortizar ou liquidar o saldo devedor das Debêntures e de quaisquer outros valores devidos no âmbito desta Escritura de Emissão, ficando ainda estabelecido que a excussão ou execução de qualquer das Garantias independerá de qualquer providência preliminar por parte do Agente Fiduciário, tais como aviso, protesto, notificação, interpelação ou prestação de contas, de qualquer natureza.

4.6.4. Com base na comprovação patrimonial da GT e da Edelsa, relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, e nos Laudos de Avaliação, verificou-se que, na Data de Emissão, as Garantias representavam, pelo menos, 105% (cento e cinco por cento) do Valor Total da Emissão.

4.6.5. Adicionalmente às Garantias descritas acima, a Emissora, neste ato, assume a obrigação de constituir, até 27 de dezembro de 2012, cessão fiduciária de direitos creditórios, constituídos por duplicatas de venda de mercadorias a seus clientes, em garantia das Debêntures da 2ª Série, em montante, na data da constituição da garantia, não inferior a R\$3.800.000,00 (três milhões e oitocentos mil reais) e, posteriormente até a Data de Vencimento, não inferior ao equivalente a 19,53% (dezenove inteiros e cinquenta e três centésimos por cento) do saldo devedor das Debêntures da 2ª série, sem prejuízo dos demais termos e condições a serem aprovados pelos Debenturistas da 2ª Série.

4.7. PREÇO E FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO

4.7.1. As Debêntures serão integralizadas pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme definido no item 4.11 abaixo) das Debêntures desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização, a qual poderá ocorrer a qualquer tempo dentro do prazo permitido pela regulamentação aplicável.

4.8. PRAZO DE VIGÊNCIA E DATA DE VENCIMENTO

4.8.1. As Debêntures terão prazo vigência de 60 (sessenta) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 10 de janeiro de 2017, observadas as hipóteses de decretação de Vencimento Antecipado, conforme definido no item 4.13 abaixo, ou de resgate antecipado das Debêntures, conforme as hipóteses previstas no item 4.15 abaixo ("Data de Vencimento").

4.9. ATUALIZAÇÃO DAS DEBÊNTURES

4.9.1. As Debêntures não serão atualizadas monetariamente.

4.10. PERIODICIDADE DE PAGAMENTO E CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO

4.10.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série será amortizado de acordo com o cronograma de amortização contido no Anexo II à presente Escritura de Emissão ("Datas de Amortização").

4.11. REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES

4.11.1. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios, incidentes sobre o seu Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário a amortizar, equivalentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponibilizado em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa de 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e

cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento de Remuneração (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido abaixo, de acordo com a seguinte fórmula (“Remuneração”):

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = Valor unitário dos juros devidos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido adiante, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

VNe = Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário a amortizar, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

Fator Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

Fator DI = Produtório das Taxas DI-Over com uso de percentual aplicado, na data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n \left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

n = Número total de Taxas DI-Over consideradas na atualização do ativo, sendo “n” um número inteiro.

p = Percentual aplicado sobre a Taxa DI-Over, informado com 2 (duas) casas decimais, equivalente a 100,0 (cem).

TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$k = 1, 2, \dots, n$;

DI_k = Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

Fator Spread = *Spread* ou sobretaxa de juros fixos calculados com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\frac{\text{Fator Spread}}{\text{Spread}} = \left[\left(\frac{\text{Spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right]$$

onde:

Spread = 4,5000 (quatro inteiros e cinquenta centésimos).

DP = É o número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

O fator resultante da expressão $\left[1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right]$ deve ser considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, assim como seu produtório.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left[1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último fator diário considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” pelo “Fator Spread” com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.11.2. Define-se “Período de Capitalização” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento.

4.12. DATA DE PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO

4.12.1. O pagamento da Remuneração será feito em parcelas trimestrais, sendo o primeiro pagamento realizado em 10 de abril de 2012, de acordo com o cronograma de pagamento da Remuneração contido no Anexo III à presente Escritura de Emissão ("Datas de Pagamento de Remuneração", sendo que as Datas de Amortização e as Datas de Pagamento de Remuneração serão denominadas, indistintamente, "Data de Pagamento").

4.12.1.1. Fará jus à Remuneração o Debenturista que assim conste (i) nos controles da Instituição Depositária, ou (ii) na custódia na CETIP. Em qualquer dos casos, terá direito ao recebimento o Debenturista que, no encerramento do dia útil imediatamente anterior à data de seu pagamento, figurar como titular deste ativo.

4.12.2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, na apuração de TDIk a que se refere o item 4.11.1 acima, a última TDIk divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DIk que seria aplicável.

4.12.3. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis ("Período de Ausência da Taxa DI") contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13, de 14 de março de 2003, e/ou a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva"). A Assembleia Geral de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI, o que ocorrer primeiro. Até a deliberação da Taxa Substitutiva, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração do Fator Juros a que se refere o item 4.11.1. acima quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação da Taxa Substitutiva.

4.12.3.1. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, voltará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração.

4.12.4. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, consequentemente, cancelar a totalidade das

[Handwritten signatures and initials]
2 A Q
g

Debêntures, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 20 (vinte) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário a amortizar, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e consequente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento imediatamente anterior, conforme o caso. Neste caso, a Taxa DI a ser utilizada para a apuração de TDIk no cálculo da Remuneração será a última Taxa DI disponível.

4.12.4.1. Para os fins desta Escritura de Emissão, considera-se “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora ou que sejam pertencentes aos seus controladores ou a qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.

4.12.5. O resgate aqui definido seguirá os procedimentos adotados pela CETIP ou será realizada por meio da Instituição Depositária para o Debenturista que não esteja com a Debênture depositada em custódia vinculada no SND.

4.13. VENCIMENTO ANTECIPADO

4.13.1. O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigirá o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário a amortizar, acrescido da Remuneração, devida desde a data da Emissão, ou da Data de Pagamento imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data do efetivo pagamento, exclusive, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ciência da ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos (“Eventos de Inadimplemento”) e de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Cláusula:

- (a) inadimplemento, pela Emissora e/ou por qualquer dos Garantidores, de qualquer obrigação pecuniária decorrente desta Escritura de Emissão;
- (b) inadimplemento, pela Emissora e/ou por qualquer dos Garantidores ou Cedentes, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão ou nos Instrumentos de Garantia, que não seja devidamente sanado no prazo de remediação específico, se houver ou, não havendo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do respectivo inadimplemento;
- (c) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa daquela descrita no item 3.4 acima;
- (d) relativamente a qualquer das Garantias: (i) caso qualquer das Garantias seja objeto de questionamento judicial pela Emissora ou por qualquer dos Garantidores ou Cedentes, ou

[Handwritten signatures and initials]

por qualquer terceiro e seja anulada, ou, de qualquer forma, deixe de existir ou seja rescindida, arrestada, sequestrada ou penhorada; (ii) caso a constituição das Garantias não seja comprovada ao Agente Fiduciário nos seguintes prazos: em até 60 (sessenta) dias contados da data da primeira integralização das Debêntures, para a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em garantia das Debêntures da 1ª série, até 27 de dezembro de 2012, para a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em garantia das Debêntures da 2ª série, e em até 45 (quarenta e cinco) contados da data da primeira integralização das Debêntures, para as Hipotecas em garantia das Debêntures das 1ª e 2ª séries; (iii) caso não seja possível efetuar-se o registro de quaisquer de Garantias por ato ou fato atribuível à Emissora, aos Garantidores ou Cedentes; ou (iv) conforme aplicável, rescisão, distrato, aditamento ou qualquer forma de alteração, cessão, venda, alienação, transferência, permuta, conferência ao capital, comodato, empréstimo, locação, arrendamento, dação em pagamento, instituição de usufruto ou fideicomisso, endosso, desconto ou qualquer outra forma de transferência ou disposição, inclusive por meio de redução de capital, ou constituição de qualquer ônus (exceto pelas Garantias), em qualquer dos casos desta alínea, de forma gratuita ou onerosa, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, ainda que para ou em favor de pessoa do mesmo grupo econômico, de ou sobre qualquer das Garantias.

- (e) relativamente a qualquer das Hipotecas: (i) turbação ou esbulho dos Imóveis Hipotecados, exceto se for promovida a substituição ou o seu reforço na forma e prazo previstos na Escritura de Hipoteca; (ii) desapropriação, total ou parcial, dos Imóveis Hipotecados, exceto se for promovida a substituição ou o seu reforço na forma e prazo previstos na Escritura de Hipoteca; ou (iii) caso a Emissora deixe de oferecer novos imóveis em garantia caso os Imóveis Hipotecados deixem de representar, no mínimo, 94% (noventa e quatro por cento) do saldo devedor das Debêntures em Circulação, conforme avaliação a ser feita por empresa independente a cada encerramento de exercício social até a Data de Vencimento;
- (f) (i) incorporação, fusão, cisão, liquidação, dissolução, extinção ou qualquer reorganização societária da Emissora, da GT, da Edelsa, das Cedentes e/ou qualquer sociedade controlada direta ou indiretamente pela Emissora, salvo (a) se tal alteração societária for aprovada pelos Debenturistas representando, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, ou (b) a incorporação, pela Emissora, de sociedades por ela controladas; (ii) morte ou incapacidade de qualquer dos Garantidores ou Cedentes, sem que seja aprovado substituto pelos Debenturistas representando, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em Circulação no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data do evento, o que não poderá ser negado de forma injustificada; (iii) pedido ou decretação de falência ou insolvência da Emissora e/ou de qualquer dos Garantidores ou Cedentes; (iv) pedido de autofalência ou de insolvência formulado pela Emissora e/ou por qualquer dos Garantidores ou Cedentes; (v) pedido de falência ou insolvência da Emissora e/ou de qualquer dos Garantidores ou Cedentes, formulado por

- terceiros, desde que não seja elidido no prazo legal; (vi) pedido de recuperação judicial formulado pela Emissora ou pela GT ou pela Edelsa, independentemente do deferimento do seu processamento ou de sua concessão pelo juiz competente; ou (vii) recuperação extrajudicial formulado pela Emissora ou pela GT ou pela Edelsa a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido deferida ou obtida homologação judicial do referido plano pela Emissora e/ou pela GT ou pela Edelsa;
- (g) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora ou por qualquer dos Garantidores ou Cedentes, das obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão;
 - (h) inadimplemento ou vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira da Emissora (incluindo de qualquer uma das séries da presente Emissão), de qualquer sociedade controlada por qualquer dos Garantidores ou Cedentes e/ou de qualquer dos Garantidores ou Cedentes, e/ou ocorrência de qualquer evento ou o não cumprimento de qualquer obrigação que possa ensejar a declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira da Emissora, de qualquer sociedade controlada pela Emissora e/ou de qualquer dos Garantidores ou Cedentes (i) perante terceiros, em valor igual ou superior, em montante individual ou agregado, em qualquer dos casos, a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais); ou (ii) perante qualquer Debenturista, em qualquer valor;
 - (i) alteração, com relação a esta data, do objeto social e/ou dos negócios desenvolvidos pela Emissora, sem a prévia anuência dos Debenturistas representando, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
 - (j) mudança, voluntária ou involuntária, do controle societário da Emissora e/ou da GT e/ou da Edelsa e/ou das ou Cedentes;
 - (k) comprovação de que qualquer declaração prestada pela Emissora e/ou por qualquer dos Garantidores ou Cedentes nos termos desta Escritura de Emissão ou de qualquer dos Instrumentos de Garantia estava incorreta em qualquer aspecto relevante quando prestada e tal condição (se possível de ser sanada) não for sanada no prazo de até 30 (trinta) dias contados do que ocorrer primeiro entre (a) a data em que a Emissora ou qualquer dos Garantidores ou Cedentes tenha conhecimento da incorreção; ou (b) a data em que a Emissora ou qualquer dos Garantidores receba aviso por escrito neste sentido do Agente Fiduciário;
 - (l) protesto de títulos contra a Emissora ou qualquer dos Garantidores ou Cedentes, em valor igual ou superior, em montante individual ou agregado, em qualquer dos casos, a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), que não for quitado ou sustado no prazo de até 5 (cinco) dias contado da sua efetivação;
 - (m) decisão judicial determinando a execução judicial de títulos contra a Emissora ou qualquer dos Garantidores ou Cedentes, em valor igual ou superior, em montante individual ou agregado, em qualquer dos casos, a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), exceto se a Emissora e/ou os Garantidores, conforme o caso, liquidar(em) a dívida no prazo estipulado judicialmente ou garantir(em) o juízo;

- (n) ajuizamento, contra a Emissora, qualquer sociedade controlada pela Emissora e/ou contra qualquer dos Garantidores ou Cedentes, de qualquer ação ou conjunto de ações de execução para pagamento de quantia certa, incluindo execuções fiscais, em valor, individual ou em conjunto, igual ou superior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), exceto se a Emissora, qualquer sociedade controlada pela Emissora e/ou qualquer dos Garantidores ou Cedentes comprove, em até 5 (cinco) dias úteis, que obteve medida judicial com efeito suspensivo sobre a(s) referida(s) ações de execução para pagamento de quantia certa;
- (o) arresto, seqüestro ou penhora de bens da Emissora ou de qualquer dos Garantidores ou Cedentes, em valor igual ou superior, em montante individual ou agregado, a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), exceto se a Emissora comprovar, em até 5 (cinco) dias úteis da determinação da respectiva medida, ter obtido decisão judicial com efeito suspensivo;
- (p) concessão de qualquer medida cautelar, incluindo a medida cautelar fiscal de que trata a Lei nº 8.397, de 6 de janeiro de 1992, conforme alterada, que imponha restrição à alienação de ativos de titularidade da Emissora ou qualquer dos Garantidores ou Cedentes;
- (q) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (r) redução do capital social da Emissora sem prévia aprovação dos Debenturistas representando, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, nos termos do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (s) distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Emissora acima de 35% do seu lucro líquido, conforme previsto no estatuto social da Emissora em vigor nesta data;
- (t) realização de qualquer tipo de mútuo financeiro, da Emissora para suas coligadas ou controladas (se houver), em montante superior à soma do Valor Nominal Unitário das Debêntures subscritas, ou, ainda, a concessão, pela Emissora, de qualquer garantia, pessoal ou real, em favor de terceiros, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas representando, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (u) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive ambientais, exigidas pelos órgãos competentes, que afete de forma adversa o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, exceto se a não renovação decorrer exclusivamente de atraso do órgão competente, desde que a Emissora comprove ter solicitado a referida renovação no respectivo prazo legal;
- (v) existência de sentença condenatória transitada em julgado em face da Emissora, em razão da prática de atos pela Emissora e/ou por pessoas físicas atuando como administradores da Emissora, que importem discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil, trabalho escravo, assédio moral ou sexual, ou crime contra o meio ambiente;

[Handwritten signatures and initials]

- (w) alienação, constituição de ônus e/ou gravame, ou transferência a qualquer título ou qualquer outra forma de disposição, a qualquer tempo, de ou sobre quaisquer bens integrantes do ativo permanente da Emissora e/ou de qualquer outra sociedade por ela controlada, à terceiros, em valor igual ou superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), de forma individual ou agregada, por exercício social, sem prévia anuência dos Debenturistas representando, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, exceto a constituição de ônus e/ou gravame em favor de credores de dívidas da Emissora existentes na Data de Emissão e que já sejam beneficiários de tais ônus e/ou gravame;
- (x) aplicação, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a alienação de um ou mais ativos de titularidade da Emissora e que representem valor igual ou superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), de forma individual ou agregada, no exercício social da data em que tal alienação ou transferência for efetuada, em destinação diversa da que for aprovada pelos Debenturistas representando, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; ou
- (y) não observância, pela Emissora, de qualquer um dos seguintes índices financeiros, calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas a cada exercício social encerrado em 31 de dezembro, a serem verificados pelo Agente Fiduciário ("Índices Financeiros"):
- (i) relação entre Dívida Líquida e EBITDA igual ou inferior a: 5,5 vezes para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012; 4,5 vezes para o exercício social encerrados em 31 de dezembro de 2013; 4,0 vezes para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014; e 3,5 vezes para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2016;
 - (ii) a relação entre EBITDA e Despesas Financeiras Líquidas maior ou igual a 1,2 vezes para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012; 1,4 vezes para o exercício social encerrados em 31 de dezembro de 2013; 1,7 vezes para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014; e 2,0 vezes para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2016;
 - (iii) relação entre Ativo Circulante e Passivo Circulante igual ou superior a: 1,2 vezes para todos os exercícios sociais encerrados a partir de 31 de dezembro de 2012.
- Para os fins desta alínea: "Dívida Líquida": significa a soma do saldo dos empréstimos e financiamentos e quaisquer outras dívidas, incluindo fianças concedidas a terceiros, bem como as Debêntures em Circulação, diminuído do somatório de disponibilidades; "EBITDA": significa o resultado, relativo aos 12 meses anteriores à data de apuração, antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários; e "Despesas Financeiras Líquidas" significa, relativo aos 12 meses anteriores à data de apuração, as despesas financeiras subtraídas das receitas financeiras.

[Handwritten signatures and initials]

2 A 2

G

4.13.1.1. Para fins do disposto na alínea (y) do item 4.13.1. acima, fica desde já acordado que os Índices Financeiros serão apurados pela Emissora e revisados pelo Agente Fiduciário, com base nas demonstrações financeiras e balanços patrimoniais consolidados da Emissora, referentes ao encerramento de exercício de cada exercício social, auditados pelos auditores independentes da Emissora. Os Índices Financeiros deverão ser disponibilizados pela Emissora ao Agente Fiduciário em até 90 (noventa) dias do encerramento dos respectivos exercícios sociais, juntamente com relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tais Índices Financeiros, atestando sua efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade, sob pena de impossibilidade de verificação e conferência pelo Agente Fiduciária, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

4.13.1.2. Os valores indicados nas alíneas do item 4.13.1 acima serão atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE").

4.13.2. Observado o item 6.6.1 abaixo, a ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas "a", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "q", "r", "t" e "x" do item 4.13.1 acima, resultará no vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, bem como, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial à Emissora ("Vencimento Antecipado Automático").

4.13.3. A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de qualquer dos Eventos de Inadimplemento descritos nos itens acima, comunicar, no mesmo dia útil, o Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas.

4.13.4. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nas alíneas "b", "p", "s", "u", "v" e "w", e "y" do item 4.13.1 acima, o Agente Fiduciário deverá notificar os Debenturistas, dentro de até 5 (cinco) dias corridos da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos Eventos de Inadimplemento, para que estes, em até 15 (quinze) dias após o recebimento da notificação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas de cada série das Debêntures, possam deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures de uma ou de ambas as séries das Debêntures ("Deliberação sobre Vencimento Antecipado"), se assim for deliberado por Debenturistas que representem, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série.

4.13.5. Para fins da alínea (e) do item 4.13.1. acima, será considerado como decretação de falência, recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de

recuperação extrajudicial, qualquer procedimento extrajudicial ou judicial análogo previsto na legislação que venha a substituir ou complementar a atual legislação aplicável a falências, recuperação judicial e extrajudicial, conforme definido, em ambos os casos, na Lei n. 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.

4.14. PAGAMENTO NA OCORRÊNCIA DE VENCIMENTO ANTECIPADO

4.14.1. Na ocorrência da decretação do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.13. acima, a Emissora e os Garantidores obrigam-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário a amortizar acrescido da Remuneração da respectiva série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora aos respectivos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, em até 3 (três) dias úteis contados de comunicação nesse sentido a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora e aos Garantidores através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula X desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.16.

4.14.2. Caso ocorra o pagamento decorrente do Vencimento Antecipado, a Emissora deverá comunicar a CETIP com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

4.15. RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL E AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

4.15.1 **Resgate Antecipado Facultativo Total:** a Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo a partir, inclusive, de 1º de janeiro de 2014, promover o resgate antecipado da totalidade das Debêntures em Circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures (sendo vedado o resgate antecipado parcial), mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures, acrescido (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento do resgate antecipado; e (ii) de prêmio incidente sobre o valor do resgate antecipado, conforme detalhado abaixo:

Data do Resgate Antecipado Facultativo Total		Prêmio
Inicial	Final	
1º de janeiro de 2014	31 de dezembro de 2014	1,00%
1º de janeiro de 2015	31 de dezembro de 2015	0,75%
1º de janeiro de 2016	31 de dezembro de 2016	0,50%

4.15.2 Amortizações Extraordinárias: a Emissora poderá, ainda, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo a partir, inclusive, de 1º de janeiro de 2014, promover amortização(ões) extraordinária(s) de até 95% (noventa e cinco por cento) do saldo devedor das Debêntures em Circulação, mantendo-se o número de Debêntures em Circulação, mediante o pagamento de uma parcela do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em Circulação, acrescido (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento da amortização antecipada; e (ii) de prêmio conforme detalhado abaixo:

Data da Amortização Extraordinária		Prêmio
Inicial	Final	
1º de janeiro de 2014	31 de dezembro de 2014	1,00%
1º de janeiro de 2015	31 de dezembro de 2015	0,75%
1º de janeiro de 2016	31 de dezembro de 2016	0,50%

4.15.2.1. Excepcionalmente, a Emissora poderá realizar amortização extraordinária antes do período estabelecido no item 4.15.2 acima exclusivamente na hipótese de alienação de ativos de sua titularidade, observado que, neste caso, as condições para amortização serão definidas na Assembleia Geral de Debenturistas que deliberar sobre a referida alienação de ativos.

4.15.3 O Resgate Antecipado Facultativo Total ou as Amortizações Extraordinárias das Debêntures observarão, ainda, o quanto segue:

(a) Emissora comunicará os Debenturistas acerca da realização do Resgate Antecipado Facultativo Total ou das Amortizações Extraordinárias das Debêntures por meio da publicação de um edital no jornal indicado no item 4.20. abaixo, que conterá as condições do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Extraordinária, com, no mínimo, 10 (dez) dias de antecedência da data definida para a realização do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Extraordinária ("Edital de Resgate Antecipado" ou "Edital de Amortização Extraordinária"), o qual conterá informações sobre: (i) a série das Debêntures objeto do Resgate Antecipado Total ou da Amortização Extraordinária; (ii) o prêmio devido (iii) a data efetiva para a realização do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Extraordinária; e (vi) demais informações eventualmente necessárias;

(b) na data de realização do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Extraordinária das Debêntures, a Emissora irá proceder à liquidação do Resgate Antecipado Facultativo Total ou à Amortização Extraordinária das Debêntures, sendo certo que todas as Debêntures que forem objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total ou de Amortização Extraordinária serão liquidadas ou amortizadas, conforme o caso, em uma única data; e

(c) no caso das Debêntures que não estejam custodiadas na CETIP, a liquidação do Resgate Antecipado Facultativo Total ou a realização da Amortização Extraordinária das Debêntures se dará mediante depósito a ser realizado pelo Banco Mandatário nas contas-correntes indicadas pelos Debenturistas. No caso das Debêntures que estejam custodiadas no SND, os eventos, conforme o caso, seguirão os procedimentos da CETIP. Para tal, a CETIP deverá ser notificada pela Emissora em conjunto com o Agente Fiduciário com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis de sua realização.

4.16. MULTA E JUROS MORATÓRIOS

4.16.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, a qual continuará incidindo sobre os valores em atraso, ocorrendo impropriedade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos Debenturistas, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração devida nos termos desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão sujeitos a (i) multa moratória de 2% (dois por cento) e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.17. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS

4.17.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora na data prevista nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito adquirido até a data do respectivo vencimento.

4.18. LOCAL DE PAGAMENTO

4.18.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora através da CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas junto ao SND. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados junto à Instituição Depositária.

4.19. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

4.19.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou

[Handwritten signatures and initials]

feriado bancário na Cidade de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.20. PUBLICIDADE

4.20.1. Todos os atos e decisões decorrentes desta Escritura de Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, deverão, se decorrentes de lei ou regulamentação em vigor ou por interesse da Emissora, ser publicados sob a forma de “Aviso aos Debenturistas” no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e nos jornais “Jornal de Santa Catarina” e “Valor Econômico”. A Emissora obriga-se a informar o Agente Fiduciário acerca de tais publicações com 3 (três) dias de antecedência, e, nos demais casos, tais atos serão comunicados por correspondência por escrito aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, comunicações estas que serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelos Correios ou por telegrama nos endereços dos Debenturistas; os originais dos documentos enviados por fac-símile ou por correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima referidos em até 3 (três) dias úteis do envio da mensagem.

4.21. REPACTUAÇÃO PROGRAMADA

4.21.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.22. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

4.22.1 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, referido Debenturista deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus honorários os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor, como se não fosse imune ou não gozasse da respectiva isenção tributária. Da data de envio desta correspondência até a data do efetivo pagamento, o Debenturista que goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária deve permanecer Debenturista, não podendo negociar sua Debênture até a data posterior ao pagamento.

CLÁUSULA V

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DOS GARANTIDORES

5.1. A Emissora obriga-se a:

[Handwritten signatures and initials]

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término do exercício social, (a) cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, (b) demonstrativo de cálculo dos Índices Financeiros, bem como, (c) declaração do Diretor Financeiro da Emissora atestando o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura de Emissão, e (d) cópia do documento relativo ao patrimônio dos Garantidores;
- (ii) informação a respeito de qualquer dos Eventos de Inadimplemento mencionados no item 4.13. acima, no mesmo dia útil após o seu conhecimento pela Emissora, sem prejuízo de o Agente Fiduciário declarar antecipadamente vencidas as obrigações relativas às Debêntures, nos limites desta Escritura de Emissão;
- (iii) informação sobre a alienação, pela Emissora, de um ou mais ativos de titularidade da Emissora e que representem valor igual ou superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), de forma individual ou agregada no exercício social da data em que tal alienação ou transferência for efetuada;
- (iv) avisos aos Debenturistas, de fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração que deliberem a respeito de matérias relacionadas à Emissão, no prazo de 10 (dez) dias contados da data em que forem publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (v) informar e enviar todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme disposto na Instrução CVM 28, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para envio deles à CVM.
- (vi) informações sobre qualquer descumprimento de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, sem prejuízo do disposto na alínea "b" abaixo;

(b) notificar, no mesmo dia útil, o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial e adversa na sua condição financeira, econômica, comercial, operacional ou societária ou nos seus negócios que na opinião da Emissora: (i) impossibilite ou dificulte o

[Handwritten signatures and initials]

cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão; (ii) faça com que as suas demonstrações ou informações financeiras não mais reflitam a sua real condição financeira; ou (iii) implique o descumprimento pela Emissora de quaisquer termos e condições desta Escritura de Emissão;

- (c) cumprir as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (d) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (e) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (f) não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e/ou com esta Escritura de Emissão;
- (g) manter contratados, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, Banco Mandatário, Instituição Depositária, Agente Fiduciário e os serviços da CETIP;
- (h) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios razoavelmente incorridos e outras despesas e custos comprovadamente incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (j) manter sua contabilidade atualizada, de forma precisa e completa, e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas e os princípios contábeis previstos da Lei das Sociedades por Ações e os princípios prescritos pela CVM ("Práticas Contábeis Adotadas no Brasil"), bem como sujeitar seus registros contábeis a auditoria por uma empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (k) fornecer aos seus acionistas e Debenturistas, nos termos das Instruções da CVM aplicáveis, as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no Art. 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado;
- (l) conduzir todas as operações com partes relacionadas, em valores de mercados equitativos;

[Handwritten signatures and initials]
2 A 2
6

- (m) manter atualizados e em ordem seus livros e registros societários, conforme as regras estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações;
- (n) aplicar os recursos obtidos na Emissão conforme determinado no item 3.4. desta Escritura de Emissão até 30 (trinta) dias após a integralização das Debêntures, bem como comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que possa importar em modificação da utilização desses recursos;
- (o) não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Emissão ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no Art. 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400");
- (p) assegurar o acesso do Agente Fiduciário, durante o horário comercial, aos registros contábeis da Emissora, mediante solicitação feita pelo Agente de Fiduciário com 10 (dez) dias de antecedência;
- (q) manter as licenças e autorizações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades válidas e em vigor durante o prazo de vigência das Debêntures;
- (r) informar o Agente Fiduciário, na mesma data em que vier a tomar ciência, a ocorrência de qualquer irregularidade ou evento relacionado à Emissora, que possa levar os órgãos competentes a considerar descumprida qualquer norma de proteção ambiental ou trabalhista relativa à saúde e segurança ocupacional, ou devida obrigação de indenizar qualquer dano ambiental ou trabalhista relativo à saúde e segurança ocupacional;
- (s) obter todos os documentos (laudos, estudos, relatórios, licenças etc.) previstos nas normas de proteção ambiental e/ou trabalhista relativas à saúde e segurança ocupacional relacionadas a sua operação, atestando o seu cumprimento e mantendo as licenças e outorgas em pleno vigor e eficácia, bem como a informar ao Agente Fiduciário no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a existência de manifestação desfavorável de qualquer autoridade;
- (t) independente de culpa, ressarcir o Agente Fiduciário e os Debenturistas de qualquer quantia que eles sejam compelidos a pagar por conta de dano ambiental ou trabalhista relativo à saúde e segurança ocupacional que, de qualquer forma, a autoridade entenda estar relacionado à Emissora, assim como deverá indenizar o Agente Fiduciário e os Debenturistas por qualquer perda ou dano que venha a experimentar em decorrência de dano socioambiental ou trabalhista; e

- (u) calcular diariamente o Valor Nominal Unitário em conjunto com o Agente Fiduciário, para disponibilização aos investidores e aos participantes do mercado por meio da central de atendimento do Agente Fiduciário e/ou de seu *website*.

5.2. A Emissora obriga-se a ressarcir o Agente Fiduciário de todas as despesas que este tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios incorridos pelo Agente Fiduciário, e outras despesas e custos comprovadamente incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, devendo ser utilizados os preços médios de mercado.

5.2.1. As despesas a que se refere o item 5.2 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, avisos, editais e notificações conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outros que vierem a ser exigidos pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, se necessárias a critério dos Debenturistas ou do Agente Fiduciário;
- (c) despesas razoáveis de viagem, alimentação e transporte quando necessárias ao desempenho de suas funções; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

5.2.2. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas comprovadas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma dos itens 5.2. e 5.2.1. acima, será acrescido à dívida da Emissora e preferirá às Debêntures na ordem de pagamento.

5.2.3. O ressarcimento das despesas será efetuado em até 10 (dez) dias da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas, necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

5.2.4 O Agente Fiduciário poderá, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento das despesas a que se refere ao item 5.2. acima, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente

[Handwritten signatures and initials]
12
27
2 A 2
G

Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora.

5.3. Sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a, nos termos da Instrução CVM 476:

- (a) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria por auditor registrado na CVM;
- (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (d) manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer "Fato Relevante", conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM nº 358, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante aos Coordenadores e ao Agente Fiduciário na mesma data de sua divulgação; e
- (g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP.

5.4. Os Garantidores se obrigam a fornecer ao Agente Fiduciário as seguintes informações:

- (a) informações sobre quaisquer descumprimentos dos Garantidores de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no mesma data em que tomar conhecimento de tal descumprimento; e
- (b) quaisquer informações que o Agente Fiduciário solicitar, necessárias ao cumprimento, por parte dos Garantidores das suas obrigações nesta Escritura de Emissão, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da notificação enviada pelo Agente Fiduciário.

[Handwritten signatures and initials]

CLÁUSULA VI
AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, como agente fiduciário da Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão;
- (b) conhece e aceita integralmente a presente Escritura de Emissão, todas suas cláusulas, termos e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações e Art. 10 da Instrução CVM nº 28 de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), e eventuais alterações para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no Art. 10 da Instrução CVM 28;
- (g) é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (h) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo

[Handwritten signatures and initials]

mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

- (i) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer plenamente suas funções;
- (k) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (l) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão unicamente com base nas informações prestadas pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora prestadas, fato com o qual os Debenturistas que subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo;
- (m) está ciente da regulamentação aplicável; e
- (n) verificará, de acordo com os prazos previstos na presente Escritura de Emissão e na legislação aplicável, a regularidade da constituição das Garantias, tendo em vista as características e procedimentos de constituição que envolvem as referidas Garantias.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Emissora ou por quaisquer dos Garantidores neste Instrumento ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, o quanto segue:

6.4.1 A título de remuneração pelo serviço de Agente Fiduciário, parcelas anuais de R\$9.000,00 (nove mil reais), devida a primeira 5 (cinco) dias após a data da assinatura da Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas dos aniversários subsequentes. Serão devidas parcelas anuais até a liquidação integral das Debêntures, caso elas não sejam quitadas na Data de Vencimento.

6.4.2. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a emissão, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$100,00 (cem reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (i) execução das garantias, (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das garantias, (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures.

6.4.3 As remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício de nossa função, durante ou após a implantação do serviço, a serem reembolsadas pela Emissora, após, sempre que possível, prévia aprovação e pelos preços médios de mercado.

6.4.4. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia aos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

6.4.5. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrentes do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

6.4.6. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração devida ao Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor do débito, ficando o valor do débito em atraso sujeito, ainda, a atualização

[Handwritten signatures and initials]

[Handwritten mark]

monetária pelo Índice Geral de Preços – Mercado (“IGP-M”), incidente desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, caso superior a um ano, calculado *pro rata die*.

6.4.7. As parcelas da remuneração referenciadas no item 6.4.1 acima serão atualizadas anualmente, pelo IGP-M, a partir da Data de Emissão. Na impossibilidade de utilização do IGP-M, será utilizado o índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento até as datas de pagamento subsequentes, calculadas *pro rata die*, se for o caso. A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

6.4.8. As parcelas citadas nos itens acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário, sem prejuízo de outros previstos na legislação e regulamentação aplicáveis:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) evitar conflito de interesses e, se for o caso, renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover nos órgãos competentes, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;

- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações e no fornecimento de informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) verificar a regularidade da constituição das garantias reais e fidejussórias, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exeqüibilidade;
- (h) intimar a Emissora a reforçar as Garantias, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- (i) solicitar à Emissora, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (j) solicitar, quando considerar necessário, e desde que seja aprovado em Assembleia Geral de Debenturistas, auditoria extraordinária na Emissora;
- (k) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (l) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;

- (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) resgate, amortização, repactuação e pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como repactuação, aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (vii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
 - (x) declaração sobre a suficiência e exeqüibilidade das Garantias; e
 - (xi) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: a) denominação da companhia ofertante; b) valor da emissão; c) quantidade de debêntures emitidas; d) espécie; e) prazo de vencimento das debêntures; f) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e g) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período;
- (n) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (k) acima aos Debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- (i) sede da Emissora;
 - (ii) sede do Agente Fiduciário;
 - (iii) CVM;
 - (iv) CETIP; e

- (v) dependências dos Coordenadores, conforme por estes indicado;
- (o) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora, ao Banco Mandatário, à Instituição Depositária e à CETIP;
- (q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (r) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis da ciência da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CETIP;
- (s) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (t) calcular e acompanhar os Índices Financeiros calculados pela Emissora, na periodicidade prevista nesta Escritura de Emissão; e
- (u) disponibilizar aos Debenturistas e demais participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou de seu website, o Valor Nominal Unitário das Debêntures calculado pela Emissora.

6.6. Sem prejuízo do disposto no item 4.13 acima, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação aplicável;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a satisfação dos créditos dos Debenturistas;

- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora; e
- (e) executar a Garantia no pagamento, integral e proporcional, dos Debenturistas.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas no item 6.6. acima se, convocada a respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação:

- (a) da unanimidade das Debêntures em Circulação da respectiva série, no caso da não tomada da medida a que se refere a alínea (a) do item 6.6. acima, quando o Evento de Inadimplemento acarretar um Vencimento Antecipado Automático (conforme item 4.13.2 desta Escritura de Emissão);
- (b) de Debenturistas que representem pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série, no caso da não tomada da medida a que se refere a alínea (a) do item 6.6. acima, quando o evento de vencimento antecipado for um dos indicados no item 4.13.4. desta Escritura de Emissão;
- (c) da unanimidade das Debêntures em Circulação, no caso da não tomada das medidas a que se referem as alíneas (b), (c) ou (e) do item acima; ou
- (d) de Debenturistas que representem 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série, no caso da não tomada da medida a que se refere a alínea (d) do item 6.6. acima.

6.7. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura da presente Escritura de Emissão até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.8. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contado do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas de ambas as séries para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 5 (cinco) dias úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o

[Handwritten signatures and initials]

processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à remuneração avençada nesta Escritura de Emissão.

6.8.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

6.8.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, nos termos desta Escritura de Emissão.

6.8.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas.

6.8.4. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, conforme disposto no item 6.8.3. acima, à Emissora. O valor a ser pago em caso de substituição do Agente Fiduciário será atualizado a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação acumulada do IGP-M.

6.8.5. O Agente Fiduciário, se substituído, deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de 10 (dez) dias antes de sua efetiva substituição, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções.

6.8.6. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM nº 28/83, conforme o caso, e eventuais normas posteriores.

6.8.7. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deve ser averbado no registro (i) de comércio e (ii) de títulos e documentos, conforme disposto no item 2.3.1.

6.8.7.1. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos do item 4.20 acima.

6.8.7.2. O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento à Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.8.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

6.9. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico, exceto pela verificação da regular constituição dos referidos documentos, conforme previsto na Instrução CVM 28, e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

6.10. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura de Emissão e dos demais documentos da Emissão.

6.11. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

6.12. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

[Handwritten signatures and marks]

CLÁUSULA VII
ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas de cada uma das séries poderão, a qualquer tempo, nos termos do Art. 71 da Lei das Sociedades por Ações, deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série, ou pela CVM.

7.3. Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações para a assembleia geral de acionistas.

7.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos demais Debenturistas da respectiva série presentes ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

7.4.1. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

7.5. Nos termos do parágrafo terceiro do Art. 71 da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.6. Cada Debênture em Circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por Debenturistas que representem a maioria das Debêntures em Circulação de cada série, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

7.6.1. Sem prejuízo do disposto no item 7.6. acima, qualquer alteração (i) no prazo de vigência das Debêntures (incluindo eventual repactuação); (ii) nas Datas de Amortização do Valor Nominal Unitário e nas Datas de Pagamento; (iii) no parâmetro de cálculo da Remuneração; (iv) no quórum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas; e (v) no item 4.13.

[Handwritten signatures and marks]

(Vencimento Antecipado) acima, deverá ser aprovada por Debenturistas que representem, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

7.6.2. A renúncia à declaração de Vencimento Antecipado das Debêntures, exclusivamente na hipótese em que for necessária a Deliberação sobre Vencimento Antecipado, nos termos do item 4.13.4. desta Escritura de Emissão, dependerá da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em Circulação de cada série. Não sendo atingido o quórum de deliberação, o Agente Fiduciário deverá decretar, imediatamente, o Vencimento Antecipado.

7.6.3. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições estabelecidas nesta Escritura de Emissão, inclusive, mas não se limitando, no que diz respeito à definição da taxa substitutiva de que trata o item 4.12.3. desta Escritura de Emissão, dependerá da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, exceto se houver outro quórum específico estabelecido para a matéria.

7.7. Para efeito da constituição do quórum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula VII, serão consideradas como Debêntures em Circulação aquelas assim definidas no item 4.12.4 acima.

7.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA VIII **DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DOS GARANTIDORES**

8.1. A Emissora e os Garantidores declaram e garantem aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário que, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, conforme o caso:

- (a) a Emissora é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras.
- (b) estão devidamente autorizados a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários;

- (c) os representantes legais da Emissora e de qualquer dos Garantidores que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora e dos Garantidores, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração, os termos e as condições desta Escritura de Emissão e dos Instrumentos de Garantia, o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas (a) não infringem seu estatuto ou contrato social, conforme o caso; (b) não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora ou quaisquer dos Garantidores seja parte; (c) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral a que a Emissora ou quaisquer dos Garantidores estejam sujeitos; e (d) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, tendo sido obtida pela Emissora a autorização prévia do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, por meio da Carta AI/DECOS n.º 258/2011, de 15 de dezembro de 2011; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora ou de quaisquer dos Garantidores, exceto as Garantias; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (e) tem todas as permissões, autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais que sejam relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas e/ou em fase de renovação de sua validade;
- (f) está cumprindo leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (g) as demonstrações financeiras da Emissora e de quaisquer dos Garantidores representam corretamente sua posição financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis aceitos no Brasil;
- (h) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar qualquer impacto substancial e adverso à Emissora ou aos Garantidores;
- (i) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos necessários para assegurar à Emissora e aos Garantidores a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;

- (j) não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos investidores das Debêntures;
- (k) as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora e dos Garantidores, exeqüíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1.973, conforme alterada;
- (l) as informações prestadas por ocasião do registro da Oferta Restrita, e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Debêntures são e serão informações verdadeiras, consistentes, de qualidade e suficientes, para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora e dos Garantidores, de suas condições financeiras, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- (m) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé;
- (n) as operações e propriedades da Emissora e dos Garantidores cumprem com as leis, regulamentos e licenças ambientais em vigor;
- (o) não há quaisquer circunstâncias que possam razoavelmente embasar uma ação ambiental contra a Emissora, nos termos de qualquer lei ambiental, que possa ter um efeito material adverso à Emissora ou aos Garantidores;
- (p) cumpre em todos os aspectos relevantes todas as leis e regulamentos trabalhistas e previdenciários aplicáveis (inclusive dissídios coletivos), relativos a todos os seus empregados, inclusive, sem limitação, aqueles relativos a salários, jornada de trabalho, práticas trabalhistas equitativas, saúde, segurança, exceto na medida em que o descumprimento dessas leis e regulamentos não possa resultar em um efeito material adverso à Emissora ou aos Garantidores;
- (q) não realizará outra oferta pública de debêntures dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta das Debêntures, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM; e
- (r) não há, nesta data, qualquer garantia prestada pela Emissora em favor de terceiros que não esteja devidamente refletida nas suas demonstrações financeiras.

[Handwritten signatures and initials]

8.2. A Emissora e os Garantidores obrigam-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios razoáveis) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos do item 8.1. acima.

8.3. Sem prejuízo do disposto no item 8.2. acima, a Emissora e os Garantidores obrigam-se a notificar o Agente Fiduciário no mesmo dia útil em que quaisquer das declarações aqui prestadas mostrarem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.

CLÁUSULA IX **DA FIANÇA DOS GARANTIDORES**

9.1. Os Garantidores, Srs. **RALF KARSTEN, JOÃO KARSTEN NETO, GT PARTICIPAÇÕES LTDA. e EDELSA PARTICIPAÇÕES S.A.**, assumem, em caráter irrevogável e irretratável, a condição de fiadores solidários e principais pagadores do valor total da dívida da Emissora representada pelo Valor Total da Emissão das Debêntures, na Data de Emissão, acrescida da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias acessórias previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive, mas não limitado, àquelas devidas ao Agente Fiduciário ("Valor Garantido").

9.2. O Valor Garantido será pago pelos Garantidores no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário aos Garantidores informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando aos montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, Remuneração ou encargos de qualquer natureza.

9.3. Os pagamentos serão realizados pelos Garantidores de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão ou conforme vier a ser estabelecido pela CETIP.

9.4. Os Garantidores expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 821, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro e artigos 77 e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 ("Código de Processo Civil").

9.5. Os Garantidores sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a presente fiança, relativamente ao valor por eles honrado.

[Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large signature at the top, followed by 'R', 'de', and 'A', and a circled '2' at the bottom.]

9.6. Os Garantidores desde já concordam e obrigam-se a somente exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor por eles honrado nos termos da Fiança após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão

9.7. Os Garantidores desde já reconhecem como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil Brasileiro, a data do pagamento integral do Valor Garantido. No entanto, a fiança permanecerá válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido.

9.8. A presente fiança poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação do Valor Garantido.

9.9. Após pagamento, pela Emissora e/ou pelos Garantidores, do Valor Garantido, operar-se-á a quitação automática, irrevogável e irretratável, das Debêntures, caso em que elas serão consideradas quitadas, liquidadas e extintas de pleno direito, independentemente de qualquer ação ou procedimento adicional.

9.10. Em virtude da fiança prestada pelos Garantidores em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura de Emissão será registrada nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina e na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no prazo estabelecido no item 2.3.1 acima. No prazo de 5 (cinco) dias úteis após tal registro, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original devidamente registrada.

CLÁUSULA X NOTIFICAÇÕES

10.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações a serem enviados por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora

KARSTEN S.A.

Rua Johann Karsten, 260 – Bairro Testo Salto

CEP 89074-700 Blumenau – SC

At.: Sr. Alvin Rauh Neto

Telefone: (47) 3331-4209

Fax: (47) 3331-4062

E-mail: alvin.rauh@karsten.com.br

Para os Garantidores:

RALF KARSTEN

Rua Johann Karsten, nº 221, Testa Salto

Blumenau - SC

Telefone: (47) 3334-0111

Fax: (47) 3334-0111

E-mail: agropastorilrk@terra.com.br

JOÃO KARSTEN NETO

Rua Nereu Ramos, 800, ap. 301, Centro

Blumenau - SC

Telefone: (47) 3331-4205

Fax: (47) 3331-4061

E-mail: keite.kamke@karsten.com.br e joaokarsten@terra.com.br

EDELSA PARTICIPAÇÕES S.A.

Avenida Rio Branco, 579

Blumenau - SC

At.: Joseane Ap. Kisner Cristofolini (Responsável pela Edelsa na Escopo Contabilidade)

Telefone: (47) 3326-3677

Fax: (47) 3326-3677

E-mail: joseane@escopo.cnt.br

GT PARTICIPAÇÕES LTDA.

Rua Nereu Ramos, 981, Sala 901

Blumenau - SC

At.: Silvia Becker (Responsável pela GT na Acon Contabilidade)

Telefone: (47) 3331-9200

Fax: (47) 3331-9201

E-mail: silvia@acon.com.br

Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 04, Sala 514

At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice) / Srtª. Nathalia Machado (Jurídico)

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: backoffice@pentagonotruster.com.br / juridico@pentagonotruster.com.br

Para o Banco Mandatário:

Itaú Unibanco S.A.

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707, 9º andar

São Paulo, SP CEP 04309-010

Tel.: (11) 5029-1905

Fax: (11) 5029-1920

At: Sr. Claudia Vasconcellos

E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

Para a Instituição Depositária:

Itaú Corretora de Valores Mobiliários S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar

São Paulo, SP CEP 04538-132

Tel.: (11) 5029-1905

Fax: (11) 5029-1920

At: Sr. Claudia Vasconcellos

E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663 1º andar, Jardim Paulistano

São Paulo – SP, CEP 01452-001

e

Av. República do Chile, 230, 11º andar,

Rio de Janeiro – RJ, CEP 20031-170

www.cetip.com.br

10.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelos Correios, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 10(dez) dias após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às outras Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado em até 2 (dois) dias úteis da referida mudança. Eventuais prejuízos decorrentes da não comunicação da mudança de endereço serão arcados pela parte inadimplente.

CLÁUSULA XI
DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. A publicação de editais e/ou avisos aos Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão ficará dispensada quando a totalidade dos Debenturistas estiver presente em Assembléia Geral de Debenturistas que delibere sobre a matéria objeto do edital e/ou do aviso.

11.2. Para os fins desta Escritura de Emissão, "dia útil" significa qualquer dia que não um sábado, domingo ou um dia em que os bancos comerciais estão obrigados ou autorizados por lei a permanecer fechados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

11.3. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.4. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

11.5. A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes obrigam-se a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

11.6. A presente Escritura de Emissão constitui título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA XII

FORO

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora, os Garantidores e o Agente Fiduciário, em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Blumenau, 3 de janeiro de 2012.

[REstante da página intencionalmente deixado em branco]



(Página de Assinaturas 1/5 da Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em duas séries, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, da Karsten S.A., datada de 3 de janeiro de 2012)

KARSTEN S.A.

Recibo: Firma
1ª TABELA

Tabelião de
Notas FRANCA

Nome: ALUIZ RAUH NETO
Cargo: DIRETOR PRESIDENTE

Nome: MAURÍCIO WAMSER
Cargo: DIRETOR INDUSTRIAL

So. Tabelião de Notas - José Roberto Pacheco Franca - Tabelião
Rua Americo Brasiliense, 1.863 - Chacara Santo Antonio - Pôneo 5180-5
Rec. Por Semelhança // // // // // 1 Firma(s) // // // // // de:
MAURICIO WAMSER
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE - Doc. com valor econô.
Carimbo: 1875468 ; SAO PAULO, 06 De Janeiro De 2012
Valor: R\$ 6,00 ; Em test. da Verdade
Conf.: Lucas

EMERSON DE OLIVEIRA SILVA - ESCRIVENTE

AB904739

1º TABELIONATO
DE NOTAS E PROTESTO
Bel. SÉRGIO IVAN MARGARIDA

Tabelião

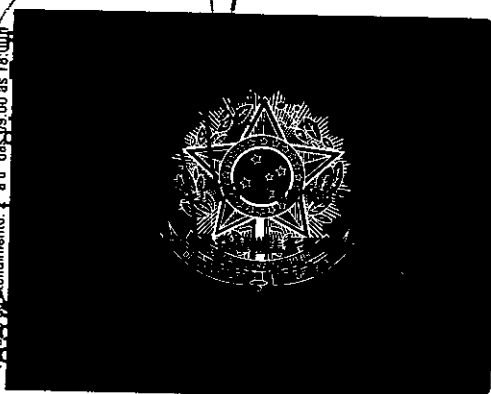
Praça Dr. Victor Konder nº 21

Caixa Postal 1401 - Fone/Fax (47) 3321-1200

89010-971 - BLUMENAU - SANTA CATARINA


www.margarrida.org.br

Horário de atendimento: 2ª a 6ª das 08:00 às 18:00h



(Página de Assinaturas 2/5 da Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em duas séries, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, da Karsten S.A., datada de 3 de janeiro de 2012)

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

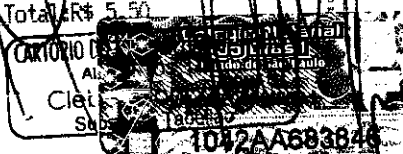

Nome: Paulo Luiz Ferreira
Cargo: Procurador



12° TABELIÃO de NOTAS

CARTÓRIO DO 12º TABELIÃO DE NOTAS
Avenida Santos 1.470 - São Paulo - SP - Cep: 04188-100
Belo Horizonte - TABELIÃO - Tel. (11) 3549-6277 / Fax (11) 3284-2322

Reconheço por semelhança a firma: PAULO LUIZ FERREIRA, 3
qual confere com o padrão depositado em Cartório.
São Paulo, 05 de Janeiro de 2012
Em testemunho _____ da verdade.
Cleber Gonçalves - Escrevente Autorizado
1201051705425 - Firma: R\$ 5,50 - Total: R\$ 5,50



(Página de Assinaturas 3/5 da Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em duas séries, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, da Karsten S.A., datada de 03 de janeiro de 2012)

Recorrido: Fim
1º TABELIAO


RALF KARSTEN

AUTORIZADO DA FIANÇA DO SR.
RALF KARSTEN

Recorrido: Fim
1º TABELIAO


MARION THOM KARSTEN

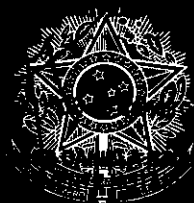
Recorrido: Fim
1º TABELIAO


pp JOÃO KARSTEN NETO


1º TABELIONATO
DE NOTAS E PROTESTO
Bel. SÉRGIO IVAN MARGARIDA

Tabelião

Praça Dr. Victor Konder n° 21
Caixa Postal 1401 - Fone/Fax (47) 3321-1200
89010-971 - BLUMENAU - SANTA CATARINA
www.margarida.org.br
Horário de atendimento: 2ª a 6ª das 08:00 às 18:00h



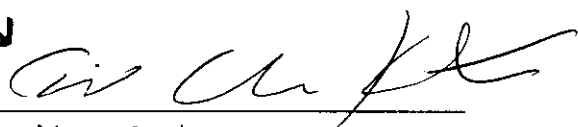
51


2 51 7 9

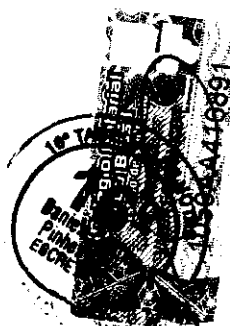
(Página de Assinaturas 4/5 da Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em duas séries, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, da Karsten S.A., datada de 3 de janeiro de 2012)

GT PARTICIPAÇÕES LTDA.

169



Nome: GIL CONRADO KARSTEN
Cargo: ADMINISTRADOR



CARTÓRIO DO 16º TABELIAO DE NOTAS	
SAO PAULO - SP	
Rua Augusta, 1638/1642 Cep: 01304-001	
Fabio Tadeu Bisognin - Tabelião	
RECONHECO POR SEMELHANÇA A(S) FIRMA(S)	
GIL CONRADO KARSTEN (322398)	
São Paulo, 06 de janeiro de 2012.	
EM TEST DA VERDADEZ	
ATO COM VALOR ECONOMICO	
COD. SEG. 4854484950484950494853484953 1	
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE	
FIRMA R\$ 6,00 ** TOTAL R\$ 6,00	
DIGITADOR:	Cristina 10:50:15

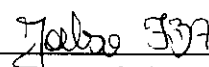
(Página de Assinaturas 5/5 da Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em duas séries, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, da Karsten S.A., datada de 3 de janeiro de 2012)



RELSA PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome: CARLOS ODEBRECHT

Cargo: ADMINISTRADOR

TESTEMUNHAS:


Nome: João Felipe Bastos Almeida
RG: 5.066.395
CPF/MF: 072.570.569 86


Nome: FERNANDO SILVA DE OLIVEIRA
RG: 3.891.399-2
CPF/MF: 033.183.949-04

1º TABELIONATO
DE NOTAS E PROTESTO
Bel. SÉRGIO IVAN MARGARIDA

Tabelião
Praça Dr. Victor Konder nº 21
Caixa Postal 1401 - Fone/Fax (47) 3321-1200
89010-971 - BLUMENAU - SANTA CATARINA
www.margaida.org.br
Horário de atendimento: 24h de atendimento às 18:00h



ANEXO I - DÍVIDAS GRUPO KARSTEN

Número do Contrato	Espécie do Contrato	Instituição Credora	Valor de Principal
16/11494-9	BNDES PEC	BANCO DO BRASIL	R\$ 45.833
20070936426723100	CARTÃO BNDES	BANCO DO BRASIL	R\$ 2.604
40/00507-0	Finame - Sub-Crédito	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.891
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 2.833
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 118
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 905
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 708
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 30
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 226
312500730	Capital de Giro	BANCO DO BRASIL	R\$ 225.000
230910030287001	FINIMP TOYOTA 1o Desemb	BANCO DO BRASIL	R\$ 56.046
16/11494-9	BNDES PEC	BANCO DO BRASIL	R\$ 45.833
40/00507-0	Finame - Sub-Crédito	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.891
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 2.833
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 118
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 905
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 708
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 30
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 226
312500730	Capital de Giro	BANCO DO BRASIL	R\$ 225.000
312500714	Capital de Giro	BANCO DO BRASIL	R\$ 250.000
312500311	Capital de Giro	BANCO DO BRASIL	R\$ 3.875.000
21/00469	Capital de Giro	BANCO DO BRASIL	R\$ 10.040.250
3585020-5	Capital de Giro	BRADESCO	R\$ 208.333
270366811	Capital de Giro	SANTANDER	R\$ 2.000.000
270806711	Capital de Giro	SANTANDER	R\$ 1.122.531
4040754	FINIMP QC	SANTANDER	R\$ 1.747.074
270536211	Capital de Giro	SANTANDER	R\$ 1.300.000
270233011	Capital de Giro	SANTANDER	R\$ 6.500.000
270584611	Capital de Giro	SANTANDER	R\$ 2.000.000
n.a.	Custo do pré pagamento da dívida	SANTANDER	R\$ 910.395
10125364	Capital de Giro	VOTORANTIM	R\$ 164.473
16/11494-9	BNDES PEC	BANCO DO BRASIL	R\$ 45.833
40/00507-0	Finame - Sub-Crédito	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.891
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 2.833
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 118
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 905
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 708
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 30
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 226
750635	Progeren	VOTORANTIM	R\$ 470.035
1470332760	Capital de Giro	HSBC	R\$ 1.020.000
1470332817	Capital de Giro	HSBC	R\$ 2.030.000
1470332558	Capital de Giro	HSBC	R\$ 3.000.000
453-09	NCE - Nota de Crédito de Exportação	HSBC	R\$ 2.947.500
101111120008700	CCB Giro	ITAÚ	R\$ 8.000.000
312500730	Capital de Giro	BANCO DO BRASIL	R\$ 225.000
8364600	Capital de Giro (4131)	HSBC	R\$ 2.604.500
10128916	Capital de Giro	VOTORANTIM	R\$ 1.120.000
264770	FINIMP Murata	HSBC	R\$ 113.000
355880 e 355890	FINIMP Zimmer e Bruckner	HSBC	R\$ 50.000
3585020-5	Capital de Giro	BRADESCO	R\$ 208.333
1.102.677-4	NCE - Nota de Crédito de Exportação	BRADESCO	R\$ 2.000.000
1.102.676-6	NCE - Nota de Crédito de Exportação	BRADESCO	R\$ 1.000.000
10125364	Capital de Giro	VOTORANTIM	R\$ 165.213
5239483-2	Capital de Giro	BRADESCO	R\$ 3.000.000

16/11494-9	BNDES PEC	BANCO DO BRASIL	R\$ 45.833
40/00507-0	Finame - Sub-Crédito	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.891
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 2.833
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 118
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 905
40/00472-4	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 613
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 708
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 30
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 226
40/00472-4	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 153
750635	Progeren	VOTORANTIM	R\$ 470.035
312500730	Capital de Giro	BANCO DO BRASIL	R\$ 225.000
10120352	EGF - Crédito Rural Agrícola	VOTORANTIM	R\$ 700.000
230910011108002	FINIMP 1o Desemb 2239	BANCO DO BRASIL	R\$ 43.005
230910011108002	FINIMP 1o Desemb 2240	BANCO DO BRASIL	R\$ 54.351
230910011108002	FINIMP 1o Desemb 2241	BANCO DO BRASIL	R\$ 7.292
230910011108002	FINIMP 1o Desemb 2242	BANCO DO BRASIL	R\$ 34.861
230910011108001	FINIMP 2o Desemb 2246	BANCO DO BRASIL	R\$ 49.461
3585020-5	Capital de Giro	BRADESCO	R\$ 208.333
10125364	Capital de Giro	VOTORANTIM	R\$ 166.682
230910030287002	FINIMP Toyota 2o Desemb	BANCO DO BRASIL	R\$ 20.161
16/11494-9	BNDES PEC	BANCO DO BRASIL	R\$ 45.833
40/00507-0	Finame - Sub-Crédito	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.891
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 2.833
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 118
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 905
40/00472-4	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 613
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 708
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 30
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 226
40/00472-4	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 153
82640552	Exim Pré-Embarque	ITAÚ	R\$ 1.651.000
750635	Progeren	VOTORANTIM	R\$ 470.035
312500730	Capital de Giro	BANCO DO BRASIL	R\$ 225.000
3585020-5	Capital de Giro	BRADESCO	R\$ 208.333
10125364	Capital de Giro	VOTORANTIM	R\$ 166.915
1470220110122180	EGF - Empréstimo do Governo Federal	HSBC	R\$ 1.543.000
16/11494-9	BNDES PEC	BANCO DO BRASIL	R\$ 45.833
40/00493-7	Exim Pré-Embarque	BANCO DO BRASIL	R\$ 455.075
40/00507-0	Finame - Sub-Crédito	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.891
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 2.833
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 118
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 905
40/00472-4	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 613
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 708
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 30
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 226
40/00472-4	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 153
750635	Progeren	VOTORANTIM	R\$ 470.035
82640552	Exim Pré-Embarque	ITAÚ	R\$ 1.648.378
312500730	Capital de Giro	BANCO DO BRASIL	R\$ 225.000
3585020-5	Capital de Giro	BRADESCO	R\$ 208.333
10125364	Capital de Giro	VOTORANTIM	R\$ 167.806
16/11494-9	BNDES PEC	BANCO DO BRASIL	R\$ 45.833
40/00493-7	Exim Pré-Embarque	BANCO DO BRASIL	R\$ 455.075
40/00507-0	Finame - Sub-Crédito	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.891
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 2.833
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 118
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 905

40/00472-4	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 613
40/00495-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.878
40/00500-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 116
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 708
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 30
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 226
40/00472-4	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 153
40/00495-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 469
40/00500-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 29
82640552	Exim Pré-Embarque	ITAÚ	R\$ 1.671.041
750635	Progeren	VOTORANTIM	R\$ 470.035
312500730	Capital de Giro	BANCO DO BRASIL	R\$ 225.000
AGE343188	FINIMP LDC	ITAÚ	R\$ 1.238.541
3585020-5	Capital de Giro	BRADESCO	R\$ 208.333
230910030287001	FINIMP TOYOTA 1o Desemb	BANCO DO BRASIL	R\$ 56.046
10125364	Capital de Giro	VOTORANTIM	R\$ 168.214
16/11494-9	BNDES PEC	BANCO DO BRASIL	R\$ 45.833
40/00493-7	Exim Pré-Embarque	BANCO DO BRASIL	R\$ 455.075
40/00507-0	Finame - Sub-Crédito	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.891
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 2.833
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 118
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 905
40/00472-4	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 613
40/00495-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.878
40/00501-1	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 2.352
40/00500-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 116
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 708
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 30
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 226
40/00472-4	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 153
40/00495-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 469
40/00500-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 29
82640552	Exim Pré-Embarque	ITAÚ	R\$ 1.671.041
312500730	Capital de Giro	BANCO DO BRASIL	R\$ 225.000
312500714	Capital de Giro	BANCO DO BRASIL	R\$ 250.000
3585020-5	Capital de Giro	BRADESCO	R\$ 208.333
10125364	Capital de Giro	VOTORANTIM	R\$ 169.285
16/11494-9	BNDES PEC	BANCO DO BRASIL	R\$ 45.833
40/00493-7	Exim Pré-Embarque	BANCO DO BRASIL	R\$ 455.075
40/00507-0	Finame - Sub-Crédito	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.891
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 2.833
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 118
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 905
40/00472-4	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 613
40/00495-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.878
40/00501-1	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 2.352
40/00500-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 116
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 708
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 30
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 226
40/00472-4	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 153
40/00495-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 469
40/00500-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 29
82640552	Exim Pré-Embarque	ITAÚ	R\$ 1.674.919
8364600	Capital de Giro (4131)	HSBC	R\$ 2.533.500
231	Capital de Giro (SWAP)	HSBC	R\$ 70.000
312500730	Capital de Giro	BANCO DO BRASIL	R\$ 225.000
264770	FINIMP Murata	HSBC	R\$ 122.000
355880 e 355890	FINIMP Zimmer e Bruckner	HSBC	R\$ 60.000

3585020-5	Capital de Giro	BRADESCO	R\$ 208.333
10125364	Capital de Giro	VOTORANTIM	R\$ 169.734
16/11494-9	BNDES PEC	BANCO DO BRASIL	R\$ 45.833
40/00493-7	Exim Pré-Embarque	BANCO DO BRASIL	R\$ 455.075
40/00507-0	Finame - Sub-Crédito	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.891
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 2.833
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 118
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 905
40/00472-4	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 613
40/00495-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.878
40/00501-1	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 2.352
40/00500-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 116
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 708
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 30
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 226
40/00472-4	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 153
40/00495-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 469
40/00500-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 29
82640552	Exim Pré-Embarque	ITAÚ	R\$ 1.671.041
312500730	Capital de Giro	BANCO DO BRASIL	R\$ 225.000
9520230	Capital de Giro (4131)	HSBC	R\$ 4.500.000
558	Capital de Giro (SWAP)	HSBC	R\$ 74.500
230910011108002	FINIMP 1o Desemb 2239	BANCO DO BRASIL	R\$ 43.005
230910011108002	FINIMP 1o Desemb 2240	BANCO DO BRASIL	R\$ 54.351
230910011108002	FINIMP 1o Desemb 2241	BANCO DO BRASIL	R\$ 7.292
230910011108002	FINIMP 1o Desemb 2242	BANCO DO BRASIL	R\$ 34.861
230910011108001	FINIMP 2o Desemb 2246	BANCO DO BRASIL	R\$ 49.461
3585020-5	Capital de Giro	BRADESCO	R\$ 208.333
10125364	Capital de Giro	VOTORANTIM	R\$ 170.498
230910030287002	FINIMP Toyota 2o Desemb	BANCO DO BRASIL	R\$ 20.161
16/11494-9	BNDES PEC	BANCO DO BRASIL	R\$ 45.833
40/00493-7	Exim Pré-Embarque	BANCO DO BRASIL	R\$ 455.075
40/00507-0	Finame - Sub-Crédito	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.891
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 2.833
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 118
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 905
40/00472-4	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 613
40/00495-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.878
40/00501-1	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 2.352
40/00500-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 116
40/00542-9	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.213
40/00544-5	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 466
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 708
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 30
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 226
40/00472-4	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 153
40/00495-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 469
40/00500-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 29
40/00542-9	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 303
40/00544-5	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 116
82640552	Exim Pré-Embarque	ITAÚ	R\$ 1.671.041
312500730	Capital de Giro	BANCO DO BRASIL	R\$ 225.000
3585020-5	Capital de Giro	BRADESCO	R\$ 208.333
16/11494-9	BNDES PEC	BANCO DO BRASIL	R\$ 45.833
40/00493-7	Exim Pré-Embarque	BANCO DO BRASIL	R\$ 455.075
40/00507-0	Finame - Sub-Crédito	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.891
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 2.833
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 118
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 905


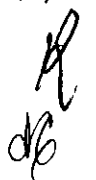
40/00472-4	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 613
40/00495-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.878
40/00501-1	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 2.352
40/00500-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 116
40/00542-9	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.213
40/00544-5	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 466
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 708
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 30
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 226
40/00472-4	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 153
40/00495-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 469
40/00500-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 29
40/00542-9	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 303
40/00544-5	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 116
82640552	Exim Pré-Embarque	ITAÚ	R\$ 1.674.919
312500730	Capital de Giro	BANCO DO BRASIL	R\$ 225.000
3585020-5	Capital de Giro	BRADESCO	R\$ 208.333
16/11494-9	BNDES PEC	BANCO DO BRASIL	R\$ 45.833
40/00458-9	Exim Pré-Embarque	BANCO DO BRASIL	R\$ 6.452.800
40/00493-7	Exim Pré-Embarque	BANCO DO BRASIL	R\$ 455.075
40/00507-0	Finame - Sub-Crédito	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.891
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 2.833
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 118
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 905
40/00472-4	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 613
40/00495-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.878
40/00501-1	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 2.352
40/00500-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 116
40/00542-9	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.213
40/00544-5	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 466
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 708
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 30
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 226
40/00472-4	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 153
40/00495-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 469
40/00500-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 29
40/00542-9	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 303
40/00544-5	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 116
82640552	Exim Pré-Embarque	ITAÚ	R\$ 1.671.041
3585020-5	Capital de Giro	BRADESCO	R\$ 208.333
230910030287001	FINIMP TOYOTA 1o Desemb	BANCO DO BRASIL	R\$ 56.046
312500311	NCE - Nota de Crédito de Exportação	BANCO DO BRASIL	R\$ 3.875.000
40/00493-7	Exim Pré-Embarque	BANCO DO BRASIL	R\$ 455.075
40/00507-0	Finame - Sub-Crédito	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.891
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 2.833
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 118
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 905
40/00472-4	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 613
40/00495-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.878
40/00501-1	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 2.352
40/00500-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 116
40/00542-9	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.213
40/00544-5	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 466
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 708
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 30
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 226
40/00472-4	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 153
40/00495-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 469
40/00500-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 29

40/00542-9	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 303
40/00544-5	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 116
82640552	Exim Pré-Embarque	ITAÚ	R\$ 1.671.041
3585020-5	Capital de Giro	BRADERCO	R\$ 208.333
312500714	Capital de Giro	BANCO DO BRASIL	R\$ 250.000
40/00493-7	Exim Pré-Embarque	BANCO DO BRASIL	R\$ 455.075
40/00507-0	Finame - Sub-Crédito	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.891
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 2.833
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 118
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 905
40/00472-4	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 613
40/00495-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.878
40/00501-1	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 2.352
40/00500-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 116
40/00542-9	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.213
40/00544-5	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 466
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 708
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 30
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 226
40/00472-4	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 153
40/00495-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 469
40/00500-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 29
40/00542-9	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 303
40/00544-5	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 116
8364600	Capital de Giro (4131)	HSBC	R\$ 2.533.500
231	Capital de Giro (SWAP)	HSBC	R\$ 67.000
82640552	Exim Pré-Embarque	ITAÚ	R\$ 1.686.959
264770	FINIMP Murata	HSBC	R\$ 110.000
355880 e 355890	FINIMP Zimmer e Bruckner	HSBC	R\$ 60.000
3585020-5	Capital de Giro	BRADERCO	R\$ 208.333
40/00493-7	Exim Pré-Embarque	BANCO DO BRASIL	R\$ 455.075
40/00507-0	Finame - Sub-Crédito	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.891
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 2.833
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 118
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 905
40/00472-4	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 613
40/00495-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.878
40/00501-1	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 2.352
40/00500-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 116
40/00542-9	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.213
40/00544-5	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 466
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 708
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 30
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 226
40/00472-4	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 153
40/00495-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 469
40/00500-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 29
40/00542-9	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 303
40/00544-5	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 116
82640552	Exim Pré-Embarque	ITAÚ	R\$ 1.671.041
9520230	Capital de Giro (4131)	HSBC	R\$ 4.500.000
558	Capital de Giro (SWAP)	HSBC	R\$ 150.000
230910011108002	FINIMP 1o Desemb 2239	BANCO DO BRASIL	R\$ 43.005
230910011108002	FINIMP 1o Desemb 2240	BANCO DO BRASIL	R\$ 54.351
230910011108002	FINIMP 1o Desemb 2241	BANCO DO BRASIL	R\$ 7.292
230910011108002	FINIMP 1o Desemb 2242	BANCO DO BRASIL	R\$ 34.861
230910011108001	FINIMP 2o Desemb 2246	BANCO DO BRASIL	R\$ 49.461
3585020-5	Capital de Giro	BRADERCO	R\$ 208.333
230910030287002	FINIMP Toyota 2o Desemb	BANCO DO BRASIL	R\$ 20.161

40/00493-7	Exim Pré-Embarque	BANCO DO BRASIL	R\$ 455.075
40/00507-0	Finame - Sub-Crédito	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.891
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 2.833
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 118
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 905
40/00472-4	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 613
40/00495-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.878
40/00501-1	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 2.352
40/00500-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 116
40/00542-9	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.213
40/00544-5	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 466
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 708
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 30
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 226
40/00472-4	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 153
40/00495-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 469
40/00500-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 29
40/00542-9	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 303
40/00544-5	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 116
82640552	Exim Pré-Embarque	ITAÚ	R\$ 1.671.041
3585020-5	Capital de Giro	BRADESCO	R\$ 208.333
40/00507-0	Finame - Sub-Crédito	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.891
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 2.833
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 118
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 905
40/00472-4	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 613
40/00495-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.878
40/00501-1	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 2.352
40/00500-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 116
40/00542-9	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.213
40/00544-5	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 466
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 708
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 30
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 226
40/00472-4	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 153
40/00495-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 469
40/00500-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 29
40/00542-9	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 303
40/00544-5	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 116
82640552	Exim Pré-Embarque	ITAÚ	R\$ 1.671.041
3585020-5	Capital de Giro	BRADESCO	R\$ 208.333
40/00507-0	Finame - Sub-Crédito	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.891
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 2.833
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 118
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 905
40/00472-4	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 613
40/00495-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.878
40/00501-1	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 2.352
40/00500-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 116
40/00542-9	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.213
40/00544-5	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 466
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 708
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 30
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 226
40/00472-4	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 153
40/00495-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 469
40/00500-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 29
40/00542-9	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 303
40/00544-5	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 116

82640552	Exim Pré-Embarque	ITAÚ	R\$ 1.671.041
3585020-5	Capital de Giro	BRADESCO	R\$ 208.333
230910030287001	FINIMP TOYOTA 1o Desemb	BANCO DO BRASIL	R\$ 56.046
40/00507-0	Finame - Sub-Crédito	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.891
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 2.833
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 118
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 905
40/00472-4	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 613
40/00495-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.878
40/00501-1	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 2.352
40/00500-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 116
40/00542-9	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.213
40/00544-5	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 466
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 708
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 30
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 226
40/00472-4	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 153
40/00495-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 469
40/00500-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 29
40/00542-9	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 303
40/00544-5	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 116
82640552	Exim Pré-Embarque	ITAÚ	R\$ 1.671.041
3585020-5	Capital de Giro	BRADESCO	R\$ 208.333
312500714	Capital de Giro	BANCO DO BRASIL	R\$ 250.000
40/00507-0	Finame - Sub-Crédito	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.891
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 2.833
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 118
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 905
40/00472-4	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 613
40/00495-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.878
40/00501-1	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 2.352
40/00500-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 116
40/00542-9	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.213
40/00544-5	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 466
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 708
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 30
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 226
40/00472-4	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 153
40/00495-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 469
40/00500-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 29
40/00542-9	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 303
40/00544-5	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 116
82640552	Exim Pré-Embarque	ITAÚ	R\$ 1.671.041
264770	FINIMP Murata	HSBC	R\$ 110.000
355880 e 355890	FINIMP Zimmer e Bruckner	HSBC	R\$ 60.000
3585020-5	Capital de Giro	BRADESCO	R\$ 208.333
40/00507-0	Finame - Sub-Crédito	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.891
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 2.833
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 118
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 905
40/00472-4	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 613
40/00495-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.878
40/00501-1	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 2.352
40/00500-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 116
40/00542-9	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.213
40/00544-5	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 466
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 708
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 30
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 226

40/00472-4	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 153
40/00495-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 469
40/00500-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 29
40/00542-9	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 303
40/00544-5	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 116
82640552	Exim Pré-Embarque	ITAÚ	R\$ 1.644.797
9520230	Capital de Giro (4131)	HSBC	R\$ 4.500.000
558	Capital de Giro (SWAP)	HSBC	R\$ 57.750
3585020-5	Capital de Giro	BRADESCO	R\$ 208.333
230910030287002	FINIMP Toyota 2o Desemb	BANCO DO BRASIL	R\$ 20.161
40/00507-0	Finame - Sub-Crédito	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.891
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 2.833
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 118
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 905
40/00472-4	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 613
40/00495-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.878
40/00501-1	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 2.352
40/00500-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 116
40/00542-9	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.213
40/00544-5	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 466
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 708
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 30
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 226
40/00472-4	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 153
40/00495-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 469
40/00500-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 29
40/00542-9	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 303
40/00544-5	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 116
3585020-5	Capital de Giro	BRADESCO	R\$ 208.333
40/00507-0	Finame - Sub-Crédito	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.891
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 2.833
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 118
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 905
40/00472-4	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 613
40/00495-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.878
40/00501-1	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 2.352
40/00500-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 116
40/00542-9	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.213
40/00544-5	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 466
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 708
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 30
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 226
40/00472-4	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 153
40/00495-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 469
40/00500-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 29
40/00542-9	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 303
40/00544-5	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 116
3585020-5	Capital de Giro	BRADESCO	R\$ 208.333
40/00507-0	Finame - Sub-Crédito	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.891
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 2.833
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 118
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 905
40/00472-4	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 613
40/00495-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.878
40/00501-1	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 2.352
40/00500-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 116
40/00542-9	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.213
40/00544-5	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 466
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 708



A12
21

40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 30
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 226
40/00472-4	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 153
40/00495-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 469
40/00500-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 29
40/00542-9	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 303
40/00544-5	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 116
3585020-5	Capital de Giro	BRADESCO	R\$ 208.333
312500311	NCE - Nota de Crédito de Exportação	BANCO DO BRASIL	R\$ 3.875.000
40/00507-0	Finame - Sub-Crédito	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.891
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 2.833
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 118
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 905
40/00472-4	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 613
40/00495-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.878
40/00501-1	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 2.352
40/00500-3	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 116
40/00542-9	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 1.213
40/00544-5	Finame - Sub-Crédito "A"	BANCO DO BRASIL	R\$ 466
40/00447-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 708
40/00448-1	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 30
40/00454-6	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 226
40/00472-4	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 153
40/00495-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 469
40/00500-3	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 29
40/00542-9	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 303
40/00544-5	Finame - Sub-Crédito "B"	BANCO DO BRASIL	R\$ 116
3585020-5	Capital de Giro	BRADESCO	R\$ 208.333
312500714	Capital de Giro	BANCO DO BRASIL	R\$ 250.000
264770	FINIMP Murata	HSBC	R\$ 110.000
355880 e 355890	FINIMP Zimmer e Bruckner	HSBC	R\$ 60.000
3585020-5	Capital de Giro	BRADESCO	R\$ 208.333
9520230	Capital de Giro (4131)	HSBC	R\$ 4.500.000
558	Capital de Giro (SWAP)	HSBC	R\$ 57.750
3585020-5	Capital de Giro	BRADESCO	R\$ 208.333
3585020-5	Capital de Giro	BRADESCO	R\$ 208.333
3585020-5	Capital de Giro	BRADESCO	R\$ 208.333
3585020-5	Capital de Giro	BRADESCO	R\$ 208.333
3585020-5	Capital de Giro	BRADESCO	R\$ 208.333
264770	FINIMP Murata	HSBC	R\$ 110.000
355880 e 355890	FINIMP Zimmer e Bruckner	HSBC	R\$ 2.475.000
3585020-5	Capital de Giro	BRADESCO	R\$ 208.333
3585020-5	Capital de Giro	BRADESCO	R\$ 208.333
3585020-5	Capital de Giro	BRADESCO	R\$ 208.333
3585020-5	Capital de Giro	BRADESCO	R\$ 208.333
3585020-5	Capital de Giro	BRADESCO	R\$ 208.333
3585020-5	Capital de Giro	BRADESCO	R\$ 208.333
3585020-5	Capital de Giro	BRADESCO	R\$ 208.333

ANEXO II – CRONOGRAMA DE PAGAMENTO DE AMORTIZAÇÃO DAS
DEBÊNTURES

Data	Amortização (% do Valor Nominal Unitário na Emissão)
10.04.2013	4,0
10.07.2013	4,0
10.10.2013	4,0
10.01.2014	4,0
10.04.2014	5,0
10.07.2014	5,0
10.10.2014	5,0
10.01.2015	5,0
10.04.2015	6,5
10.07.2015	6,5
10.10.2015	6,5
10.01.2016	6,5
10.04.2016	6,0
10.07.2016	6,0
10.10.2016	6,0
Data de Vencimento	20,0

**ANEXO III – CRONOGRAMA DE PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DAS
DEBÊNTURES**

Datas
10.04.2012
10.07.2012
10.10.2012
10.01.2013
10.04.2013
10.07.2013
10.10.2013
10.01.2014
10.04.2014
10.07.2014
10.10.2014
10.01.2015
10.04.2015
10.07.2015
10.10.2015
10.01.2016
10.04.2016
10.07.2016
10.10.2016
Data de Vencimento